

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – DIREITO

QUESTÃO 1 – A respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

a) Considerando as normas que hoje integram o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é correto afirmar que apenas algumas delas se sujeitam a controle de constitucionalidade.

b) Ato normativo já revogado não pode ser objeto de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

d) Compete a qualquer juiz ou tribunal, no primeiro caso desde que inexistir pronunciamento sobre a matéria pelo respectivo tribunal ou por tribunal superior, decidir no curso de ação sob sua apreciação acerca de questão de constitucionalidade suscitada por qualquer das partes, por meio do chamado controle difuso.

e) Com o advento da Reforma do Judiciário, qualquer cidadão pode propor ação declaratória de constitucionalidade, desde esteja em situação regular perante a Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 2 – Com referência às disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a opção incorreta.

a) A escolha dos membros do CNMP deve ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal.

b) O texto constitucional preservou a competência disciplinar e correicional da instituição, razão por que as decisões tomadas pelas corregedorias locais não são passíveis de revisão ou modificação pelo CNMP.

c) O CNMP escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram.

d) Compete ao CNMP o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

e) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao CNMP.

QUESTÃO 3 – A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) O ato de autorização de uso de um bem público cujo prazo já tenha expirado e os atos que integram um procedimento administrativo que já tenha chegado ao seu fim são considerados atos administrativos revogáveis.

b) Em decorrência da autoexecutoriedade, atributo dos atos administrativos, a administração pública pode, sem a necessidade de autorização judicial, interditar determinado estabelecimento comercial.

c) Os atos administrativos gozam de presunção absoluta de legitimidade.

d) A autoexecutoriedade constitui atributo presente em todos os atos administrativos.

e) A administração pode revogar os chamados meros atos administrativos, como certidões e atestados.

QUESTÃO 4 – Acerca das disposições constitucionais da Administração Pública, analise as assertivas a seguir:

I- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II- A Constituição prevê que as funções de confiança e os cargos em comissão serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

III- A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

IV- Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) somente I, II e IV.
- c) somente II e III.
- d) somente I, III e IV.
- e) somente I e III.

QUESTÃO 5 – No que concerne às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, inclusive as associações públicas.
- b) A União é pessoa jurídica de direito público externo.
- c) São pessoas jurídicas de direito público externo apenas os Estados estrangeiros.
- d) As empresas individuais de responsabilidade limitada não possuem personalidade jurídica, nos termos do Código Civil.
- e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 6 – A respeito da disciplina da prescrição, assinale a opção correta:

- a) Violado o direito, nasce para o seu titular a pretensão, que se extingue com a prescrição, nos prazos determinados pela parte especial do Código Civil.
- b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- c) É possível a renúncia à prescrição antes mesmo de ela se consumir.

d) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

e) A interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez.

QUESTÃO 7 – Considere as afirmativas abaixo:

I- Admitida a possibilidade de intervenção litisconsorcial voluntária no polo ativo em mandado de segurança, o ingresso do litisconsorte não poderá ocorrer após o despacho da petição inicial.

II- O litisconsórcio eventual é vedado pela legislação brasileira.

III- É possível a intervenção de *amicus curiae* no procedimento de análise da repercussão geral em recurso extraordinário, conferindo-se legitimação social à decisão do Supremo Tribunal Federal.

IV- Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Estão corretas as afirmações:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) III e IV, apenas.

QUESTÃO 8 – Conforme preceitua o Código de Processo Civil, não haverá resolução de mérito quando

- a) as partes transigirem.
- b) o réu reconhecer a procedência do pedido.
- c) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- d) o juiz reconhecer a decadência.
- e) a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

QUESTÃO 9 – Sobre o crime, é correto afirmar:

- a) Considera-se praticado o ato criminoso no momento da ação ou omissão, ainda que o resultado lesivo ocorra em momento diverso.
- b) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- c) O crime cujo tipo descreve conduta comissiva não pode ser praticado por omissão.
- d) A previsibilidade subjetiva é elemento integrante do tipo culposos, podendo a previsibilidade objetiva ser analisada por ocasião da culpabilidade.
- e) A culpa consciente ocorre quando o agente assume ou aceita o risco de produzir o resultado. Nesse caso, o agente não quer o resultado; caso contrário, haveria um crime doloso.

QUESTÃO 10 – No que toca à relação de causalidade ou nexos causal, aponte a alternativa correta.

- a) Pela teoria da imputação objetiva, o resultado deve ser imputado ao agente de maneira objetiva, ou seja, ainda que não tenha ele agido com dolo ou culpa.
- b) Suponha que André e Bernardo tenham se desentendido em uma festividade e André, sem intenção de matar, mas apenas de lesionar, tenha atingido levemente, com uma faca, o braço esquerdo de Bernardo, o qual, ao ser conduzido ao hospital para tratar o ferimento, foi vítima de acidente de automóvel, vindo a falecer exclusivamente em razão de traumatismo craniano. Nessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do Código Penal, que André deve responder apenas pelo delito de lesão corporal, na forma tentada.
- c) Considere que Roberto, com intenção homicida, apunhale as costas de Samuel, o qual, conduzido imediatamente ao hospital, faleça em consequência de infecção hospitalar, durante o tratamento dos ferimentos provocados com o punhal. Nesse

caso, os tribunais têm entendido que Roberto responderá por tentativa de homicídio.

- d) Augusto desferiu cinco facadas em Marta com intenção de matar. Socorrida imediatamente e encaminhada ao hospital mais próximo, Marta foi submetida a cirurgia de emergência, em razão da qual contraiu infecção e, finalmente, faleceu. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, embora tenha havido o rompimento do nexos de causalidade, Augusto responderá por homicídio doloso consumado.
- e) Márcio, na festa de comemoração de conclusão do curso de Direito, foi jogado, por membros da Comissão de Formatura, na piscina do clube em que ocorria a festa, junto com vários outros colegas. No entanto, por haver ingerido substâncias psicotrópicas, Márcio se afogou e faleceu. À luz da teoria da imputação objetiva, a ingestão de substâncias psicotrópicas caracteriza uma autocolocação em risco, circunstância excludente da responsabilidade criminal dos membros da comissão, por ausência do nexos causal.

QUESTÃO 11 – Acerca das disposições relativas ao Ministério Público contidas na Constituição da República de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- a) é função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) é função privativa do Ministério Público a promoção da Ação Civil Pública.
- d) são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- e) a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas é função institucional do Ministério Público.

QUESTÃO 12 – Assinale, dentre as alternativas abaixo, a hipótese em que, segundo a Constituição da República de 1988, exista algum impedimento relativo à nacionalidade para a ocupação do cargo de

Ministro de Estado da Educação:

- a) indivíduo nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) indivíduo que, na forma da lei, adquira a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- c) indivíduo nascido na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- d) indivíduo nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 13 – Sobre a organização administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) a Administração Direta, também denominada Centralizada, é exercida por meio de órgãos do Estado, desprovidos de personalidade jurídica.
- b) as Empresas Públicas são entes da Administração que devem, necessariamente, ser criadas por meio de lei específica.
- c) as entidades integrantes da Administração Indireta não possuem relação de subordinação hierárquica para com o órgão que as criou, subsistindo, apenas, um controle finalístico de sua atuação.
- d) as Sociedades de Economia Mista somente poderão ser constituídas sob a forma de Sociedade Anônima.
- e) as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista possuem personalidade jurídica de Direito Privado.

QUESTÃO 14 – Para responder à questão, considere o seguinte texto:

“ (...) No primeiro sentido, o princípio estaria relacionado com a finalidade pública que deve

nortear toda a atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento (...)” (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo – 24ª ed – São Paulo: Atlas, 2011).

O Princípio Administrativo que guarda maior correspondência com o trecho transcrito é o da:

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Eficiência.
- e) Publicidade.

QUESTÃO 15 – O Código Civil brasileiro considera absolutamente incapazes:

- a) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- b) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- d) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- e) os ébrios habituais.

QUESTÃO 16 – Segundo o que dispõe o Código Civil brasileiro sobre os negócios jurídicos, a “cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto” denomina-se:

- a) Estado de Perigo.
- b) Condição.
- c) Encargo.
- d) Termo.
- e) Lesão.

QUESTÃO 17 – Considere a seguinte situação hipotética:

Em virtude de um acidente de trânsito, o condutor “X”, ajuizou duas demandas

judiciais em face do condutor “Y”. Na primeira, postulou o pagamento dos valores referentes ao reparo do seu veículo. Na segunda, além do reparo do veículo nos mesmo valores postulados na primeira ação, requereu indenização por danos morais, em consequência dos traumas sofridos com o acidente. Nessa hipótese, conforme o disposto no Código de Processo Civil brasileiro, entre as duas ações judiciais observa-se a;

- a) Continência.
- b) Coisa Julgada.
- c) Perempção.
- d) Litispendência.
- e) Prevenção .

QUESTÃO 18 – Na forma contida no Código de Processo Civil brasileiro, a competência pode ser determinada por diversos critérios, salvo:

- a) Competência Interna Territorial.
- b) Competência Internacional.
- c) Competência Interna em Razão da Matéria.
- d) Competência Interna Delegada.
- e) Competência Interna Funcional.

QUESTÃO 19 – Considere a seguinte situação hipotética:

O indivíduo “Z”, em virtude de sentença penal condenatória com trânsito em julgado, encontra-se cumprindo pena pela prática de crime previsto no Código Penal brasileiro. Sobrevindo lei que deixe de considerar crime a conduta estritamente praticada por “Z”:

- a) a lei somente poderia ser aplicada se ainda não houvesse ocorrido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- b) a lei poderá determinar períodos específicos em que a conduta deixou de ser crime, não sendo necessário que a sua aplicação seja uniforme.
- c) a lei será integralmente aplicada, regulando os fatos anteriormente praticados, ainda que decididos por sentença condenatória com trânsito em julgado.

- d) a lei somente poderá ser aplicada para atenuar a pena imposta, não podendo deixar de considerar crime a conduta já praticada.
- e) a lei não poderia ser aplicada em nenhuma hipótese, somente podendo regular os fatos ocorridos a partir da sua entrada em vigor.

QUESTÃO 20 – Sobre as disposições contidas no Código Penal brasileiro acerca da aplicação da lei penal brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) os crimes praticados em aeronaves privadas brasileiras quando em território estrangeiro não estarão sujeitos, em nenhuma hipótese, à aplicação da lei penal brasileira.
- b) não estão sujeitos à lei penal brasileira os crimes praticados em território estrangeiro contra a fé pública do Distrito Federal.
- c) à luz do Código Penal brasileiro, não se admite a celebração de tratado pelo qual o Brasil se obrigue a reprimir determinado tipo de crime, por ferir a soberania nacional.
- d) os crimes cometidos em território brasileiro estarão sujeitos à lei penal brasileira, salvo se cometidos por qualquer estrangeiro.
- e) aplica-se a lei penal brasileira ao crime praticado no interior de uma embarcação privada estrangeira em pouso no território brasileiro.